



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Federal Paula Belmonte – CIDADANIA/DF

PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

(Da Sra. PAULA BELMONTE)

Dispõe sobre a prioridade na tramitação de inquéritos policiais e ações penais quando a vítima for criança ou adolescente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei assegura a prioridade na tramitação de inquéritos policiais e ações penais quando a vítima for criança ou adolescente.

Art. 2º O Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 10-A:

“Art. 10-A. É assegurada prioridade na tramitação dos inquéritos quando a vítima for criança ou adolescente.”

Art. 3º O art. 394-A do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 394-A. Os processos que apurem a prática de crime hediondo e de crime contra criança ou adolescente terão prioridade de tramitação em todas as instâncias.” (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal prevê que os direitos das crianças e adolescentes devem ser assegurados com prioridade absoluta, cabendo à família, à sociedade e ao Estado colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Por sua vez, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece que esses indivíduos gozam de proteção integral, garantindo-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o indispensável desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social.

A despeito da clareza dessas previsões, a realidade de violência a que estão sujeitos as crianças e adolescentes no Brasil é assombrosa. De acordo com recente estudo lançado pela Unicef e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), entre 2016 e 2020, 35 mil crianças e adolescentes foram mortos de forma violenta no país. Além disso, de 2017 a 2020, 180 mil sofreram violência sexual – uma média de 45 mil por ano.¹ Segundo informações do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, só no primeiro semestre de 2021, foram registradas 50.098 denúncias de violência.²

Esses dados causam perplexidade em qualquer lugar do mundo e revelam que as crianças e adolescentes brasileiros estão expostos a um quadro de vulnerabilidade que não apenas corrompe as condições para que se desenvolvam, mas que simplesmente lhes nega o direito de existir.

Dentre os caminhos apontados pelo mencionado estudo para prevenir e responder a esse tipo de violência está a responsabilização dos ofensores, com a garantia de prioridade nas investigações. Nesse aspecto, contudo, a lei brasileira não contém nenhuma previsão específica.

O ECA até prevê tratamento prioritário para os processos e procedimentos que digam respeito à apuração de infrações praticadas por

1 Unicef Brasil e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil*. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/relatorios/panorama-da-violencia-letal-e-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-no-brasil>>. Acesso em: 11 nov 2021.

2 Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. *81% dos casos de violência contra crianças e adolescentes ocorrem dentro de casa*. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/julho/81-dos-casos-de-violencia-contra-criancas-e-adolescentes-ocorrem-dentro-de-casa>>. Acesso em: 11 nov 2021.



peessoas menores de dezoito anos, conforme se depreende do art. 152 desse diploma, mas, quando a vítima é criança ou adolescente, a lei é omissa. Existe, portanto, um quadro normativo de proteção deficiente dos bens jurídicos relacionados a tais sujeitos.

Do ponto de vista estritamente jurídico, a ausência de previsão legal nesse sentido viola o art. 227, *caput*, da Constituição, pois deixa de conferir tratamento diferenciado a quem, por imperativo constitucional, deve gozar de prioridade absoluta. Ademais, a morosidade na apuração desses crimes produz consequências especialmente gravosas. É que, como se sabe, a violência contra crianças e adolescentes é geralmente praticada por pessoas próximas, de modo que a demora, muitas vezes, faz protrair no tempo situações de abuso e opressão, gerando danos físicos e psicológicos quase sempre irreversíveis. Finalmente, a falta de uma resposta tempestiva corrói a credibilidade do Estado, pois cria um sentimento de negligência e impunidade.

Diante desse contexto, reputamos urgente a inserção de dispositivos no Código de Processo Penal que assegurem a prioridade de tramitação tanto de inquéritos, quanto de processos judiciais. A medida suprimirá omissão lesiva aos direitos de nossas crianças e adolescentes, criando mecanismo processual compatível com a gravidade desse tipo de delinquência.

Por tais razões, tomamos a presente iniciativa, esperando contar com o apoio de nossos ilustres pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, em de de 2021.

Paula Belmonte

Deputada **PAULA BELMONTE**

